



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

Aviso de Privacidade

Em razão do dever de transparência e em cumprimento à [Resolução Nº 281/CNMP, de 13 de dezembro de 2023](#) e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD ([Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)), o Ministério Público Federal disponibiliza informações sobre as hipóteses em que, na execução de suas competências e no cumprimento das atribuições legais, é realizado o tratamento de dados pessoais.

No *Portal do MPF* em [Serviços->LGPD->Políticas](#) encontra-se o Aviso de Privacidade geral, aqui serão disponibilizadas informações acerca do serviço:

Conceder pensão civil

Qual é a fundamentação legal para a execução desse serviço?

Constituição Federal de 1988, Lei Complementar 75/93 (Organização, atribuições e o estatuto do MPU), Instrução Normativa TCU 87/20 (recebimento de declaração o art. 1º, caput, da Lei 8.730/93), EC 103/2019 (Sistema de previdência social, regras de transição e disposições transitórias), Lei 8.213/91 (Planos de Benefícios da Previdência Social), Lei 10.887/04 (Aposentadoria), Lei 8.112/90 (Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais).

Na execução do serviço, quais são os dados pessoais tratados?

Comuns	Agência bancária, Avaliação biopsicossocial, Bairro, Cargo, CEP, Certidão de casamento, Certidão de Nascimento, Certidão de óbito, Certidão de união estável, Certificado de escolaridade, Cidade, CNH, Conselho profissional/OAB, Conta bancária, CPF, Dados de criança e adolescente, Dados de filiação, Dados do cônjuge ou companheiro(a), Dados dos filhos, Data de nascimento, Data do óbito, Declaração de bens e renda, E-mail pessoal, Endereço residencial, Estado, Estado civil, Idade, Local de nascimento, Matrícula, Nacionalidade, Naturalidade, Nome, Pais, PIS/PASEP, RG, Sexo, Telefone comercial, Telefone residencial, Tempo de serviço
Sensíveis	Ata médica, Atestado médico, Conta hospitalar, Exame de hígidez (físico e mental), Guia de atendimento, Guia de autorização, Pedido de exames, Prontuário médico, Raça/etnia

Se o tratamento envolve dados pessoais de crianças e adolescentes, como ele é realizado?

Pode haver tratamento de dados de crianças e adolescentes beneficiários e não há diferenciação de tratamento em relação aos demais titulares.

Como os dados pessoais são coletados?

Fornecidos pelo titular ao MPF, presencialmente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Qual ou quais são as finalidades do tratamento?

Analisar e instruir requerimento de pensão civil com fundamento na legislação vigente na data do óbito do Instituidor.

Em que consiste o tratamento de dados pessoais para o serviço acima informado?

Coleta, Retenção/Arquivamento/Armazenamento, Processamento, Compartilhamento/Transmissão/Distribuição/Comunicação/Transferência/Difusão

De acordo com a LGPD, qual é a base legal que autoriza o tratamento dos dados pessoais?

Cumprimento de obrigação legal (arts. 7º, II e 11, II, a)

Os dados pessoais são compartilhados com outras instituições?

Os dados pessoais podem ser compartilhados com o Governo Federal e o Tribunal de Contas da União, para fins de prestação de contas à União e comprovação da regularidade do processo.

Os dados pessoais são transferidos internacionalmente?

Os dados tratados pelo serviço de correio eletrônico podem ser distribuídos geograficamente em centros de dados localizados em outros países, por questão de disponibilidade, conforme consta do documento "Onde o Google armazena meus dados?" disponível em <https://support.google.com/googlecloud/answer/6056650#zippy=%2Ccan-google-store-personal-data-only-in-the-eueea-region%2Cdoes-the-gdpr-require-storage-of-personal-data-in-the-eu%2Cwhere-does-google-store-my-data>. O compromisso da empresa de conformidade com a General Data Protection Regulation (GDPR) consta do documento "Can you provide a contractual commitment that you'll comply with the GDPR?", disponível em https://support.google.com/a/answer/60762?hl=en-uk&hlrm=en-uk&hlrm=en&answer=2716936&ref_topic=7558840#zippy=.

Por quanto tempo o Ministério Público Federal trata os dados pessoais?

A guarda e a eliminação de dados seguem o disposto nos Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da atividade administrativa ([Portaria PGR/MPF nº 860, de 20/9/2018](#)), a Política de Gestão do Patrimônio Documental ([Portaria PGR/MPF nº 119, de 5/4/2010](#)) e os Instrumentos Arquivísticos de Gestão Documental da atividade finalística do Ministério Público Federal ([Portaria PGR/MPF nº 184, de 21/3/2016](#)). Desse modo, os dados pessoais serão guardados por tempo determinado e poderão ser eliminados após esse prazo, ou classificados como de guarda permanente, conforme previsão na legislação arquivística.

Os dados pessoais estão em segurança?

No Ministério Público Federal são adotadas boas práticas de governança em segurança da informação visando orientar comportamentos adequados e mitigar os riscos de comprometimento dos dados pessoais tratados nas atividades do Órgão, mediante o uso de ferramentas de tecnologia da informação aderentes por padrão e desde a concepção.

Em caso de violação de dados pessoais e sendo o risco relevante, o Ministério Público Federal irá notificar a Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais do Conselho Nacional do Ministério Público - UEPDAP/CNMP e os titulares dos dados pessoais com a brevidade exigida ao caso. Para



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

comunicar eventual violação de dados pessoais porventura tratados pelo Ministério Público Federal, envie um e-mail para os seguintes endereços: abuse@mpf.mp.br ou csirt@mpf.mp.br.

A fim de reforçar todas as medidas adotadas pela Instituição, recomenda-se que, ao se cadastrar:

- Use uma senha forte que seja exclusiva para sua conta no MPF;
- Nunca compartilhe sua senha com ninguém;
- Faça logout quando não estiver mais usando o serviço; e
- Tenha cuidado com dispositivos de uso compartilhado.

Esse serviço coleta cookies?

Cookies são arquivos salvos no computador, tablet ou telefone quando se visita um site. Usamos os cookies necessários para fazer o site funcionar da melhor forma possível e aprimorar os nossos serviços. Quer saber mais, consulte nossa política de cookies, acesse: <https://www.mpf.mp.br/servicos/lgpd/politicas/privacidade/politica-de-cookies>.

Quais são os direitos dos titulares de dados pessoais e como posso exercê-los?

Para saber quais são os seus direitos e exercê-los, acesse o [Formulário de solicitação](#).

Como entrar em contato?

A sede do Ministério Público Federal está localizada na Procuradoria-Geral da República, em Brasília. Além da PGR, o Ministério Público Federal conta com unidades administrativas em todos os estados da Federação e em alguns municípios. Para saber a localização, acesse o [Portal da Transparência do MPF](#).

Para informações relativas ao tratamento de dados pessoais no âmbito do MPF, entre em contato com o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal, por meio dos seguintes canais: e-mail: pgr-updp@mpf.mp.br - Telefone: (61) 3105-6250.

Para mais informações acesse a página [LGPD e o MPF - Lei Geral de Proteção de Dados](#).

Este aviso é original e foi elaborado em: 28/09/2026.